



A fenomenologia da prosa ficcional realista, num diálogo com Daniel Kahneman

Pedro Dolabela Chagas¹ (UFPR)

Resumo: Discute-se a fenomenologia da leitura da prosa ficcional realista a partir de proposições da psicologia de Daniel Kahneman. Aborda-se: 1) as condições pelas quais o processamento do texto produz, na mente do leitor, a impressão de realismo; 2) as condições em que se pode atribuir à leitura a produção de efeitos permanentes sobre as predisposições mentais do leitor. Em relação a (1), aborda-se, em seus vários aspectos e condições de possibilidade, os processos pelos quais o leitor atribui verossimilhança à representação ficcional num viés simultaneamente moral e epistemológico. Em relação a (2), aborda-se a possibilidade de os efeitos mentais produzidos pelo texto realista, que tanto confirmam predisposições prévias do leitor, chegarem a produzir, após o intervalo breve da leitura, alterações permanentes nas suas operações mentais mais espontâneas, incluindo seus padrões de juízo moral, ético e político.

Palavras-chave: Ficção realista, Fenomenologia da leitura, Cognição humana, Psicologia cognitiva.

Abstract: The phenomenology of realistic fictional prose reading is discussed through certain propositions from Daniel Kahneman's psychology. Two main issues are under debate: 1) the conditions under which the processing of the text may produce an impression of realism in the mind of the reader; 2) the conditions under which the production of permanent effects on the reader's mental predispositions can be attributed to the process of reading. Regarding (1), the article addresses the variety and conditions of possibility of the processes by which the reader attributes verisimilitude to the fictional representation in a simultaneously moral and epistemological bias. Regarding (2), it addresses the possibility that the mental effects produced by realistic texts, which frequently confirm much of the reader's predispositions, may produce, after the reading period, permanent changes in the reader's most spontaneous mental operations, including his moral, ethical and political standards of judgment.

Key words: Realist Fiction, Phenomenology of reading, Human cognition, Cognitive psychology.

Como o “realismo” funciona na fenomenologia da leitura? Falo da *sensação*, da *impressão*, da *percepção* pelo leitor de que certo texto representa a realidade “tal como ela é”. Nessa acepção, há realismo quando o texto evoca estados regulares do mundo, certos aspectos do seu funcionamento normal, objetos, fatos e normas compartilhadas, e assim por diante. O termo não se restringe, pois, ao século XIX: toda narrativa é realista nalguma medida. Se é certo que Balzac, Dickens e Eça de Queirós buscaram suscitar o “efeito de real” barthesiano com peculiar intensidade, o objeto aqui é o processamento mental da leitura, e por isso o realismo será tratado como um atributo potencial das representações mentais suscitadas tanto pelas obras que aqueles autores escreveram, quanto por obras de Sterne, Joyce ou Pynchon. O interesse é tentar entender como o realismo emerge como efeito mental da leitura, ou seja: como a “sensação de real” se forma na mente do leitor a partir dos estímulos da escrita. Nisso acredito que Daniel Kahneman, psicólogo, tem uma boa contribuição a oferecer.

Pelo menos desde Barthes (1987), é bem sabido que a fenomenologia do realismo pressupõe certas propriedades do texto: a materialidade da escrita tem implicações sobre as imagens mentais provocadas pela leitura. E pelo menos desde Wolfgang Iser (1996) está claro também que a leitura não é uma atividade passiva, envolvendo, pelo contrário, a participação ativa – mesmo que inconsciente – do leitor: o seu modo individualizado de processamento da informação é decisivo no decorrer do processo. A convergência dessas duas condições permite caracterizar o realismo como um estado mental emergente da leitura do texto, co-determinado ainda por um terceiro elemento: o componente valorativo ou judicativo implicado nas produções de sentido motivadas pela leitura. Na representação literária, “mostrar o que a realidade é” implica julgar o que ela é: a moral e a epistemologia são entrelaçadas.

Tudo somado, a minha proposição é que o realismo, enquanto efeito da leitura, ocorre quando os valores sugeridos pelo texto não entram em atrito com as crenças do leitor: quando os valores implicados na representação parecem, para um leitor específico, integrar o quadro representado de maneira “natural”, numa relação de adequação forte a ponto de parecer *necessária* – tal como ocorre, de maneira espontânea, nos juízos que fazemos dos fatos que integram cotidianamente o mundo “como ele é”. Esse é o componente *retórico* do realismo, que só se torna efetivo quando o leitor não questiona

conscientemente os valores implicados na representação, aceitando-os como co-extensivos ao quadro representado. Quando isso não acontece, i.e. quando o leitor questiona a pertinência dos valores sugeridos pela representação, ele tenderá a questionar o mérito da representação, acusando a sua condição de “construção”, “fabricação” ou “artifício”. Tal autodistanciamento da representação bloqueia, por sua vez, algo crucial para o “efeito de real”: a *fluidez* da leitura. O “efeito de real” demanda uma leitura fluente, que permita que o leitor absorva o quadro representado como se diante do real ele estivesse – experiência de leitura cujo processamento mental simula, em última análise, a lida com situações cotidianas, nas quais a mente opera “automaticamente”, pouco solicitando o pensamento reflexivo. A representação que pretenda *parecer* real para o leitor deve ser cognitivamente processada com facilidade, o que, na construção da prosa literária, pressupõe o recurso a códigos estéticos – a convenções de escrita – familiares, ou ao menos facilmente decodificáveis pelo leitor almejado.

A título de hipótese, então, pensemos o realismo como um efeito emergente, no processo da leitura, da interface entre a materialidade da escrita, o processamento mental da informação textual (sob as predisposições cognitivas de cada leitor) e a performance retórica implicada na atribuição de valor, pelo texto e pelo leitor, aos conteúdos representados – os valores sugeridos pelo texto serão consciente ou inconscientemente corroborados pelo leitor, ou então conscientemente confrontados por ele. A contribuição dos modelos de Kahneman está na possibilidade, que eles oferecem, de tratarmos esses processos em sua *simultaneidade*: eles nos ensinam como a atribuição de valor pode ser automatizada a ponto de parecer co-natural ao processamento dos estímulos perceptuais colocados pela informação textual. É bem sabido que o realismo apela à visão: que ele suscita, na mente do leitor, a produção de imagens visuais que parecem fiéis a estados regulares do mundo compartilhado. Pelo menos desde a “estética do efeito” de Iser (cognitivista *avant la lettre*) é bem sabido também que, quando o leitor participa ativamente do processo da leitura, as suas predisposições cognitivas – a sua memória de longo prazo, por exemplo – operam como matriz interpretativa do texto. A partir de pressupostos desse tipo, Kahneman mostra como a atribuição de valor à coisa “vista” – como a paisagem do sertão em *Vidas Secas* – pode ser rápida a ponto de parecer imediata, o seu processamento cerebral se desenrolando num lapso temporal tão reduzido a ponto de fazer que, na fenomenologia da leitura – para a qual os processos cerebrais subjacentes

permanecem invisíveis (não acompanhamos em ato as operações do nosso cérebro) –, o juízo de valor pareça co-extensivo à imagem representada.

Trocando em miúdos: se o escritor realista pretende que a imagem que ele oferece do mundo seja recebida como uma representação fiel desse mundo, o valor que ele atribui à imagem deve ser recebido da mesma maneira – como um valor que lhe pareça plenamente adequado ou, no limite, como o *único* valor que se poderia corretamente atribuir ao quadro representado. Como isso pode ser alcançado? Todos podemos ver aquela favela ali, mas isso por si não garante que todos estejamos vendo *as mesmas coisas naquela favela...* Mas *Cidade de Deus*, de Paulo Lins, quer fazer justamente isso: ao fazer-nos ver a favela “como ela é”, fazer-nos ver, *na* favela, os mesmos elementos que o autor julga relevantes, levando-nos replicar os juízos que ele sugere a respeito. Os valores atribuídos às coisas devem parecer “naturais” e “necessários”: o que o escritor deve fazer para que esse efeito emerja na mente do leitor?

Podemos esboçar uma resposta mediante a apropriação de alguns modelos de *Rápido e Devagar*, de Daniel Kahneman. Inicialmente, discutiremos como a ficção produz a “impressão de realidade”; ao final, derivaremos dessa discussão uma breve reflexão sobre duas questões associadas, de grandes implicações sobre a maneira como o tema do realismo tem sido tradicionalmente tratado nos estudos literários: 1) como e por que a leitura da ficção oscila entre os polos (assim tradicionalmente chamados) da “fruição” e da “interpretação”?; 2) sob que condições se pode afirmar que a leitura da ficção engendra processos formativos de “aprendizado para a vida”, de cunho ético, moral e político?

Penso que a contribuição potencial de Kahneman para essas duas questões de fundo, assim como para a compreensão do processamento mental do texto realista em geral, está relacionada a um tema central da sua pesquisa em psicologia, qual seja: o seu questionamento do papel da consciência como motivadora das nossas decisões e escolhas, ideações e juízos. Pensemos na consciência como o conjunto das produções mentais *das quais nos tornamos conscientes*: Kahneman esteve na vanguarda das pesquisas que revelaram o quanto, majoritariamente, nossas ações e juízos ocorrem à revelia do nosso controle consciente; somos bem menos “racionais” do que costumamos acreditar. Lembremos então de um pressuposto basilar das teorias cognitivistas da narrativa e da

ficção, pelo qual o leitor processa os mundos ficcionais recorrendo a padrões cognitivos análogos, senão idênticos, àqueles empregados para a lida com o real (FLUDERNIK 1996, PINKER 1998, HOGAN 2003, ZUNSHINE 2006, DUTTON 2009, BLOOM 2010): a ficção “dribla” momentaneamente, na mente do leitor, a distinção entre realidade e invenção, podendo levá-lo a processar o não-real como se real ele fosse. A ficção o faz ao estimular o leitor a aplicar à leitura, intuitivamente, as mesmas heurísticas que ele aplica às suas experiências interpessoais e à informação ambiental, incluindo as suas crenças morais e epistemológicas, e as ideias e os juízos que orientam a sua relação com o real. Em retorno, essa aplicação ao texto de heurísticas fortemente internalizadas pelo leitor concorre para tornar mais fluente o processamento da informação textual, numa circularidade cujas implicações discutiremos posteriormente. De saída, vejamos como Kahneman explica o automatismo infra-consciente de processos mentais que, na tradição filosófica, eram associados à reflexão consciente.

Começemos pelas metáforas pelas quais ele descreve, em seus respectivos modos de atuação, os dois grandes “sistemas” de processamento mental da informação. O “Sistema 1”, virtualmente “automático”, opera num plano subliminar à consciência: nele transcorrem os milhões de processos cerebrais que, ativados no decorrer de um único dia, permanecem ocultos para a introspecção consciente – a nossa introspecção não nos dá acesso ao que acontece, aqui e agora, no nosso cérebro. Esses múltiplos processos do “Sistema 1” são responsáveis por construir, sem esforço aparente, interpretações coerentes do que acontece ao nosso redor: o “Sistema 1” é rápido, intuitivo, as suas operações – em grande parte movidas pela memória associativa – parecem instantâneas e, por isso mesmo, “óbvias” a tal ponto que a coerência das representações infra-conscientes que ele produz irá influenciar, subliminarmente, as nossas escolhas e julgamentos conscientes. Ou seja, o processamento infra-consciente da informação, que nós afinal não controlamos, nos oferece ordenações do real que, mesmo sem emergirem à nossa consciência, servirão de fundamento para as nossas ações e deliberações conscientes. As nossas operações mais “racionalis” não são, portanto, autônomas às representações mais “automáticas” e “intuitivas” – e por isso *enviesadas*, ou mesmo (positiva ou negativamente) *preconceituosas* – que a nossa mente produz do nosso universo cotidiano de experiência.

Já as operações do “Sistema 2” são lentas, deliberativas, onerosas. Elas são suscitadas por atividades laboriosas: cálculos, deliberações, projetos, decisões, interpretações... O “Sistema 1” é fluente no processamento da informação ambiental porque ele se especializa na lida com o mundo em seus padrões estáveis de funcionamento; o “Sistema 2”, por sua vez, é chamado a operar justamente quando o “Sistema 1” se mostra incapaz de processar a informação recebida – por exemplo, diante de contradições, surpresas, quebras de expectativa, ou de problemas que demandam foco, atenção, análise... Mas como foi dito logo acima, ainda que os dois “Sistemas” sejam relativamente especializados em seus domínios de atuação, as suas operações não são apartadas. Pelo contrário, elas se influenciam reciprocamente, mas de maneira assimétrica: o “Sistema 1” influencia o “Sistema 2” de maneira desproporcionalmente mais contínua e intensa que o inverso. Nas operações do reflexivo “Sistema 2”, os vieses heurísticos mais automáticos do “Sistema 1” seguem influentes: eles atuam como pontos de partida, referências infra-conscientes para os processamentos do outro “Sistema”, o que faz com que, de maneira geral, as nossas racionalizações apenas *confirmem* os vieses gerados pelo “Sistema 1”:

No contexto das atitudes, [...] o Sistema 2 age mais como um defensor para as emoções do Sistema 1 do que como um crítico dessas emoções – ele endossa mais que impõe. Sua busca por informação e argumentos está na maior parte restrita à informação que seja consistente com crenças existentes, não com uma intenção de examiná-las. Um Sistema 1 ativo, que busca coerência, sugere soluções para um Sistema 2, complacente. (KAHNEMAN, 2011, p.134)

Na história dos estudos literários – da crítica, da teoria, da interpretação... –, o “Sistema 2” tem sido tratado como o princípio operativo e o *telos* – o ponto de chegada – da leitura da ficção. O foco tem recaído nas operações mais reflexivas do leitor, seja nas interpretações que ele faz do “significado” do texto, seja na sua análise “distanciada” – i.e. não emotivamente condicionada – da composição do texto *qua* texto: na análise formal e na interpretação semântica residiriam as funções principais da crítica literária e, quem sabe, da literatura como fenômeno social. Especialmente aqueles que defendem o componente “crítico” e/ou de “inovação formal” das obras literárias como os seus máximos atributos valorativos pressupõem operações mentais – no crítico ou no “leitor comum” – que apenas o “Sistema 2” é capaz de executar.

Nesses pressupostos impera o modelo do “homem racional”, que encontrou o seu oposto perfeito em noções pós-românticas da experiência estética como “epifania” (ou suspensão do *self* durante a experiência da arte). Rígido em seus pressupostos, esse par de opostos é pouco explicativo; em contrapartida, com Kahneman aprendemos a pensar a leitura do texto literário como uma oscilação permanente entre o imediatismo das interpretações instantâneas do “Sistema 1”, que predomina na experiência de “imersão” na leitura (i.e. quando a fluência no processamento da informação textual lhe imprime rapidez), e o apelo à interpretação reflexiva do “Sistema 2”, suscitada quando a informação textual não pode ser facilmente processada. Esse apelo diferenciado às operações de cada “Sistema” estaria relacionada aos estímulos colocados pelo texto. O “Sistema 1” predominaria quando o texto não é exigente (i.e. não é de leitura “difícil”, de acordo com as expectativas e capacidades do leitor), e quando o leitor consegue atribuir ao mundo ficcional padrões de normalidade, regularidade e tipicidade familiares ao seu mundo conhecido. Por seu turno, o “Sistema 2” é chamado a operar sempre que a leitura cria efeitos de surpresa, ambiguidade e quebra de expectativa, solicitando certa dose de reflexão para o equacionamento da imprevisibilidade colocada.

Sob esses pressupostos, como se comporta a prosa realista? Pensemos na atribuição, pelo leitor, de “tipicidade” e “verossimilhança”, “normalidade” e “coerência” a personagens, cenários e situações ficcionais. No vocabulário de Kahneman, o associacionismo e efeitos de *priming* são indispensáveis para que isso aconteça, ou seja, para que as informações textuais sejam aproximadas, na mente do leitor, de informações que ele ordinariamente associa à estrutura do real:

ideias [...] evocadas disparam [...] outras ideias, numa cascata [...] de atividade em seu cérebro. O traço essencial dessa série complexa de eventos mentais é sua coerência. Cada elemento está conectado, e cada um apoia e fortalece os outros. A palavra evoca lembranças, que evocam emoções, que por sua vez evocam expressões faciais e outras reações [...]. Tudo isso acontece rapidamente e tudo de uma vez, gerando um padrão autorreforçado de reações cognitivas, emocionais e físicas que são ao mesmo tempo diversas e integradas – [elas são] *associativamente coerente[s]*. (KAHNEMAN, 2011, p.67)

Efeitos de *priming* acontecem quando ideias ativam ideias próximas, criando uma impressão global de coerência baseada no senso de familiaridade. A palavra “gato” é mais

facilmente associada à palavra “rato” do que à palavra “golfinho”, o que não significa que gatos e ratos de fato mantenham relações assim tão próximas entre si, mas apenas que, no nosso histórico de comunicações, eles são corriqueiramente associados, e isso basta: a sensação de familiaridade não precisa ser empiricamente verificável para ser imaginativamente evocada. Ainda mais importante é notar que “ações e emoções podem ser primadas por eventos dos quais nem sequer tem[os] consciência” (KAHNEMAN, 2011, p.70), ou seja: as associações podem ser estabelecidas, e ordinariamente o são, num nível infra-consciente, para então emergirem à consciência já estabelecidas – o que implica que somos pouco conscientes dos processos de constituição de muitos dos nossos juízos de “adequação” ou “pertinência”.

No caso em discussão, entendo que, em geral, é do interesse da prosa realista que os efeitos de *priming* por ela suscitados produzam conforto cognitivo durante a leitura. Se, de acordo com Kahneman, toda tensão cognitiva “é afetada tanto pelo nível atual de esforço como pela presença de demandas não cumpridas” (KAHNEMAN, 2011, p.78), a prosa realista costuma ser o oposto disso: não costuma haver grande esforço no processamento da informação textual, assim como as “demandas” interpretativas tendem a ser pouco custosas. No limite, pode não haver qualquer tensão, o leitor fruindo do relaxamento cognitivo provocado pela sensação de familiaridade com o quadro apresentado – o que, por sua vez, produzirá certa ilusão de preteridade: “Você experimenta maior conforto cognitivo ao perceber [algo] que já viu antes, e é essa sensação de conforto que lhe dá a impressão de familiaridade.” (KAHNEMAN, 2011, p.80) E assim é: no realismo, o mundo representado dá a impressão de ser já conhecido.

Disso podemos fazer uma inferência importante. Subliminarmente, a produção de familiaridade e conforto facilita a sugestão de valores: “Qualquer coisa que torne mais fácil para a máquina associativa funcionar com suavidade também vai predispor crenças. Um jeito confiável de fazer as pessoas acreditarem em falsidades é a repetição frequente, pois a familiaridade não é facilmente distinguível da verdade.” (KAHNEMAN, 2011, p.82) Isso não é sugerir que o realismo sugira falsidades. Trata-se de enfatizar o seu componente de *repetição*, de apelo reiterado a noções consensuais, a valores estabelecidos, que serão tomados como base para a sugestão de novos valores. No realismo, muito é confirmado para que as sugestões de valores alternativos sejam feitas: é a partir da concordância do

leitor com a adequação da representação aos juízos nela implicados que alguma diferença é sugestionada. E para que o leitor aceite os valores co-extensivamente sugestionados na representação, o realismo “recruta o conforto cognitivo para operar em seu favor”, aumentando a “ilusão de veracidade.” (KAHNEMAN, 2011, p.83)

Como somatória deste conjunto de pressupostos, sugiro que a sensação de familiaridade pavimenta o caminho para a sugestão, pela prosa realista, de “verdades” que poderão ser aceitas pelo “Sistema 1” do leitor sem serem notadas pelo seu “Sistema 2” – “verdades” que serão absorvidas sem emergirem à consciência. Elas não serão testadas empiricamente: a familiaridade é suficiente para suscitar o senso de adequação ou pertinência intuitivamente associado a representações verdadeiras. Tampouco trata-se de dizer que tais representações sejam epistemologicamente “erradas” ou moralmente “ruins”, mas apenas de ressaltar o quanto o senso de familiaridade é decisivo para a aceitação (como “boa” e/ou “correta”) de certa informação numa representação literária, assim como em qualquer contexto cotidiano de experiência. No contínuo da vida, aceitamos que uma informação é verdadeira

Se ela está ligada fortemente por lógica ou associação a outras crenças ou preferências que você possui, ou vem de uma fonte em que você confia e de que gosta; isso gera] uma sensação de conforto cognitivo. O problema é que pode haver outras causas para sua sensação de conforto – incluindo [...] o ritmo atraente da prosa – e não existe um jeito simples de você rastrear as sensações até a fonte. [...] Na maioria das vezes, [...] o preguiçoso Sistema 2 adotará as sugestões do Sistema 1 e seguirá em frente. (KAHNEMAN, 2011, p.85)

Quando for o caso, esse automatismo será favorecido pela eventual reação emocional motivada pela percepção de coerência no quadro apresentado. Se Kahneman sugere que qualquer sensação de coerência (diante de algum estímulo perceptual, seja ele humanamente produzido ou não) pode produzir, apenas por si, certa sensação de prazer, no realismo, de maneira análoga, a apresentação de mundos ficcionais inteiros, internamente coerentes, pode suscitar, *apenas pela sua coerência interna*, as reações emocionais intensas que todo leitor conhece por experiência própria. Nesse caso, se é comum que a prosa realista busque excitar emocionalmente o leitor pela exposição de conflitos pertinentes a contextos “representativos” da sociedade atual, para que ela seja confirmada pelo leitor

essa atribuição de “representatividade” deverá envolver a associação de tipos, lugares e funções a estereótipos correlatos, com os juízos de valor envolvidos. Assim como ocorre na construção da personagem realista,

A representatividade pertence a um agrupamento de avaliações básicas estreitamente ligadas que provavelmente são geradas juntas. Os resultados mais representativos combinam-se à descrição de personalidade para produzir as histórias mais coerentes. As histórias mais coerentes não necessariamente são as mais prováveis, mas elas são *plausíveis*, e as noções de coerência, plausibilidade e probabilidade são facilmente confundidas pelos incautos. (KAHNEMAN, 2011, p.202)

A produção de coerência é facilitada, ademais, pelo estímulo da prosa realista a uma propensão que impera no processamento de situações reais: em cada situação, em cada contexto informacional, tendemos a tomar aquilo que vemos como tudo que há para ver. Tendemos a tratar as informações disponíveis como o conjunto total de informações relevantes sobre o quadro em questão; quanto às informações não disponíveis, mas que em boa consciência poderíamos imaginar acessíveis, nós tendemos a ignorá-las. Desse modo, há uma

assimetria entre os modos como nossa mente trata a informação [presente] e informação de que não dispomos. [...] O Sistema 1 [constrói] a melhor história possível a incorporar ideias presentemente ativadas, mas ele não considera (nem pode) informações que não detém. A medida do sucesso para o Sistema 1 é a coerência da história que ele consegue criar. A quantidade e qualidade dos [vieses] em que a história está baseada são [...] irrelevantes. Quando a informação é escassa, [...] o Sistema 1 opera como uma máquina tirando conclusões precipitadas. (KAHNEMAN, 2011, p.111)

Sabemos o quanto a composição do enredo ficcional envolve a seleção, pelo autor, de conjuntos finitos de personagens, conflitos e situações, que oferecem ao leitor uma quantidade delimitada de informações – e tudo o mais é irrelevante, pela óbvia razão de que tudo que há para saber sobre personagens ficcionais está disposto na materialidade do texto. No caso do realismo, se o leitor aceita (nos planos moral e epistemológico) a verossimilhança da informação oferecida, isso implica que, no que tange ao mundo representado, ele terá aceitado que tudo de relevante que há para se tomar como referência para o juízo valorativo está disposto no texto, da maneira como está disposto. O seu “Sistema 1” pode, então, ser chamado a operar sob um padrão associativo corriqueiro, “a

partir do primeiro adjetivo: inteligente é bom, inteligente e forte é muito bom.” (KAHNEMAN, 2011, p.112) Decerto o “Sistema 2” nem sempre é passivo no processamento da informação. É possível que ele participe para alterar o padrão de associações imediatas do “Sistema 1” – mas isso é raro. No mais das vezes, ele se deixa levar pelo “Sistema 1”, o que, para o nosso objeto de discussão, tem como consequência que o leitor possa majoritariamente interpretar – via “Sistema 2” – a constituição das situações ficcionais e as suas implicações valorativas a partir de uns poucos elementos apenas – e muitas vezes eles são de fato bem poucos. Assim aferrado às informações oferecidas do texto, e nem sempre propenso a qualificá-las reflexivamente, o leitor pode ainda ser “embalado” pela fluência da prosa, que

facilita a conquista de coerência e do conforto cognitivo que nos leva a aceitar uma afirmação como verdadeira [e também explica] vieses de julgamento e escolha[, tais como a] superconfiança [nas próprias crenças e] efeitos de enquadramento [motivados pelo modo de apresentação da informação]. (KAHNEMAN, 2011, p.114)

Se o meu argumento, em suma, é que o realismo não é apenas uma propriedade imanente do texto – ele não se decide na materialidade da representação textual –, demandando a adequação entre a representação e os valores a ela atribuídos, é ao reforçar crenças conscientes e inconscientes do leitor que ele oferece uma visão familiar do mundo, permitindo que o leitor se comporte diante da representação como um enxadrista experiente diante do tabuleiro de jogo: a prosa realista produz um leitor capaz de mapear rapidamente o quadro apresentado, elaborando “Intuições válidas [que] se desenvolvem [porque ele consegue] reconhecer elementos familiares [na] nova situação e agir de um modo que seja apropriado a isso.” (KAHNEMAN, 2011, p.20-1) A elaboração, pelo leitor, de bons juízos intuitivos, que logo se mostram pertinentes à situação colocada – tais como os do enxadrista que compreende num relance a situação da partida –, pressupõe a sua validação inconsciente do senso de familiaridade evocado pela representação. No meu entender, é justamente essa circularidade entre uma representação epistemologicamente plausível num contexto histórico-social preciso (a ponto de parecer “natural”), e um juízo que pode ser-lhe plausivelmente aplicado naquele mesmo contexto (a ponto de também parecer “natural”), que possibilita o “efeito de real” barthesiano.

Em condições ideais – e conforme já foi comentado –, para que isso funcione é importante que a leitura opere como “fluxo contínuo”, sem grandes entraves. É importante que o texto não seja linguisticamente (semântica e sintaticamente) “complicado” e que ele confirme vários dos padrões de normalidade que o leitor intuitivamente projeta sobre o mundo real, sem a interposição de elementos surpreendentes que demandem a sua deliberação interpretativa. Todo o trabalho interpretativo – as operações do “Sistema 2” – deve se concentrar sobre os eventos da trama, e não sobre o funcionamento do mundo em que ela transcorre. Numa relação de “figura e fundo”, é porque o grosso da informação sobre o mundo representado corrobora as expectativas do leitor quanto ao funcionamento regular do mundo conhecido que os eventos do enredo adquirem relevância – é sobre o pano de fundo da “normalidade” do mundo da ação que as informações propriamente ficcionais figuram como destaque. Importa, pois, que a leitura evoque um mundo investido de coerência e regularidade, função principal do “Sistema 1”. Na vida real, o modelo mental do mundo real

é construído por associações que ligam ideias de circunstâncias, eventos, ações e resultados que coocorrem com alguma regularidade. [...] Conforme essas ligações são formadas e fortalecidas, o padrão de ideias associadas vem representar a estrutura de eventos em sua vida, e determina tanto sua interpretação do presente como suas expectativas do futuro. (KAHNEMAN, 2011, p.93-4)

Na leitura do texto realista esse modelo tende a ser confirmado, servindo de base para que os eventos ficcionais sejam percebidos como “normais” ou “anormais”. Decerto isso vale para qualquer uso da linguagem:

Somos capazes de nos comunicar uns com os outros porque nosso conhecimento do mundo e nosso uso das palavras são amplamente compartilhados. Quando menciono uma mesa, sem entrar em mais detalhes, você compreende que me refiro a uma mesa normal. [...] Tenho *normas* para uma vasta quantidade de categorias, e essas normas fornecem o pano de fundo para a detecção imediata de anomalias como homens grávidos e aristocratas tatuados. (KAHNEMAN, 2011, p.97)

Todo escritor, afinal, pode contar com o fato de que normas desse tipo são amplamente compartilhadas, dando fundamento para noções disseminadas de

plausibilidade e tipicidade – e o caso é que, no realismo, nunca encontramos homens grávidos ou aristocratas tatuados...

A partir do que foi comentado até aqui, fica a pergunta: em que medida a leitura da obra realista pode fomentar processos de aprendizado ético, moral e político, como tanto se falou desde a ascensão do realismo (nos séculos XVIII e XIX) como *motto* da dignificação do romance como gênero literário “elevado”? Mais especificamente, se o realismo, conforme vim argumentando, pressupõe a confirmação de predisposições valorativas do leitor, e se todo aprendizado ético, moral e político pressupõe certo distanciamento das nossas próprias crenças, em que condições se poderia postular que um tal aprendizado acontece pela leitura de tal tipo de literatura? De um lado, o acionamento do “Sistema 2” durante a leitura pode, sim, engendrar processos de aprendizado pelo processamento reflexivo das informações textuais. Isso pode ocorrer quando ele é chamado a intervir a contrapelo das disposições automáticas do “Sistema 1”, seja ao instaurar uma deliberação consciente, seja ao suscitar, no leitor, emoções e juízos diferentes do que lhe seria habitual. Sim, é plausível imaginar casos de leitura em que os valores figurados sobre o “fundo” da normalidade ficcionalmente representada coloquem o leitor na contramão dos seus valores habituais, suscitando reflexões que, “de cima para baixo”, partam das suas operações conscientes para intervir nas suas predisposições infra-conscientes. Mas seria possível universalizar a expectativa desses resultados?

Acredito que não: em cada processo de leitura, pode ser que aquele tipo de aprendizado aconteça, pode ser que não. A observação deve ser casuística: para aquele leitor específico, teria ocorrido que novos juízos, tendo eclodido inesperadamente durante o tempo breve da leitura, chegaram de fato a instaurar novos padrões de juízo posteriormente aplicados ao mundo real? Teria a leitura alterado os padrões judicativos por ele mais regularmente aplicados, de maneira intuitiva, à interpretação do mundo ao redor? Pelo menos desde Schiller a tradição estética defende que a experiência da arte é capaz de produzir efeitos desse tipo no sujeito da experiência: efeitos *permanentes*. No vocabulário de Kahneman, teriam as operações do “Sistema 2” motivadas pela leitura de fato alterado as predisposições do “Sistema 1” daquele leitor – teriam os seus padrões de relação espontânea com o mundo sido modificados, pela literatura, de maneira permanente? Em tese, “O Sistema 2 tem alguma capacidade de mudar o modo como o Sistema 1 funciona

programando as funções normalmente automáticas de atenção e memória.” (KAHNEMAN, 2011, p.32) Acredito que esse deva ser o campo de teste, uma vez que é no juízo automático e intuitivo que o aprendizado moral se revela efetivo.

Pois ocorre que, enquanto seguem automáticos os padrões judicativos do seu “Sistema 1”, qualquer pessoa pode ver-se praticando valores nos quais ela mesma professava não acreditar ao ser chamada a deliberar a respeito. O não racista no discurso pode ser racista na prática; ele pode não ser declaradamente racista nas racionalizações do seu “Sistema 2”, mas efetivamente racista em seu comportamento dirigido pelo “Sistema 1” – e assim por diante:

Pessoas informadas sobre fatos [...] podem ficar impressionadas[,] mas isso não significa que sua percepção do mundo mudou [...]. O teste do aprendizado [é] saber se a sua percepção das situações com que você se depara mudou, não se você aprendeu um fato novo. [...] casos individuais surpreendentes têm um impacto poderoso e constituem ferramenta mais eficaz para ensinar [...] porque a incongruência deve ser solucionada e vir embutida numa história causal. (KAHNEMAN, 2011, p.221)

Em geral, somos conservadores; queremos preservar nossas vidas e nossos entendimentos do mundo tais como eles estão. A resposta à questão com que encerro esta discussão – qual seja: seria possível universalizar a expectativa de que a leitura da prosa realista altere as predisposições morais do “Sistema 1”, se ela se dedica a confirmar tantas das suas noções relativas ao funcionamento regular do mundo? – é que não há resposta universalmente válida, apenas a casuística: apenas o caso dirá se ela teve de fato esse poder, sobre aquele leitor específico. Neste caso, a minha aposta é que o aprendizado moral terá acontecido se a leitura houver estimulado alguma mudança no tipo de associação que o leitor faz costumeiramente das informações que ele processa no ambiente social. Se o seu “Sistema 1” costumava associar certos elementos a certos padrões de juízo, e se ele, sob o estímulo da leitura, houver quebrado essa associação e passado a produzir, intuitivamente, associações diferentes, pode-se falar de *aprendizado pela leitura*. Em retorno, essa mudança nas predisposições do seu “Sistema 1” provocariam alguma mudança nas produções mais reflexivas, racionalizadas, analiticamente articuladas do seu “Sistema 2”, que passaria a ser influenciado por vieses “automáticos” diferentes.

Mas então outra pergunta se impõe: como seria possível isolar, nesse processo de aprendizado, o poder formativo específico da literatura em meio aos inúmeros outros

estímulos que circundam o indivíduo em sua experiência de vida? A literatura tem potência própria como expressão, e ela tem uma potência possível como *formação* – mas não é o caso que essa segunda potência só se manifesta na mediação com outros discursos e experiências de vida? No caldeirão de informações e experiências em que vivemos mergulhados, como seria possível situar, com alguma precisão, o impacto específico da literatura sobre a formação do leitor para a vida do mundo em que ele vive? Fica a questão, a ser desenvolvida noutro lugar; por ora, faço apenas esta sugestão: seria difícil isolar o impacto específico da literatura sobre a mente do leitor porque a condição da literatura é a de estar permanentemente lançada *em meio* a outros discursos. Isso não reduz a sua importância, pois ela não repete nem reproduz aqueles discursos; mesmo o realismo, que tanto reitera, o faz apenas como meio para positivar certa diferença. Mas tampouco se pode deixar de notar que é da relação com outros discursos que a literatura se alimenta, e que é nessa relação que ela afirma a sua especificidade. Por isso é virtualmente impossível separar os efeitos que ela produz dos efeitos produzidos por outros discursos: todos esses efeitos subsistem num estado de permanente interrelação, estando interrelacionados, ademais, com todas as informações que vicejam no mundo da vida. Mas esses são temas a serem desenvolvidos com calma – deixemo-nos para depois...

Referências bibliográficas

- BARTHES, Roland. "O efeito de real", in: **O rumor da língua**. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 131-6.
- BLOOM, P. **How pleasure works – the new science of why we like what we like**. Nova Iorque: Norton, 2010. 280p.
- DUTTON, Dennis. **The art instinct**. Oxford: Oxford University Press, 2009. 278p.
- FLUDERNIK, Monika. **Towards a 'Natural' Narratology**. 1. ed. Nova Iorque: Routledge, 1996.
- HOGAN, Patrick Colm. **Cognitive science, literature and the arts. A guide for humanists**. New York: Routledge, 2003. 244p.
- ISER, Wolfgang. **O ato da leitura**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996. 196p.
- KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar – duas formas de pensar**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. 607p.
- PINKER, Steven. **Como a mente funciona**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 666p.
- ZUNSHINE, Liza. **Why We Read Fiction: Theory of Mind and the Novel**. Columbus: Ohio State University Press, 2006. 198p.

i

Pedro Dolabela CHAGAS, prof. Dr.
Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Departamento de Literatura e Linguística (DELLIN)
E-mail: dolabelachagas@gmail.com